



**SINOSSERRA FINANCEIRA S/A - SOCIEDADE DE CRÉDITO,
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Fazem parte dessas demonstrações de 30 de junho de 2017:

**Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Notas Explicativas
Relatório de Auditoria Independente**

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ilmos. Srs.

DIRETORES E ACIONISTAS da
SINOSSERRA FINANCEIRA S/A SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Novo Hamburgo - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Conglomerado Prudencial da Sinosserra Financeira S/A - CFI**, que compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do conglomerado prudencial da Sinosserra Financeira S/A , em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação às instituições, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulga:

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Grupo para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros Assuntos

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Conforme Nota Explicativa nº 2, a empresa Sinosserra Administradora de Consórcios S.A., foi auditada por outros auditores independentes, sobre o qual foi emitido relatório de auditoria sem modificações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração das Instituições é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade das instituições continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar as instituições ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança das instituições são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração do Grupo, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de

uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das instituições.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional das instituições. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar as instituições a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências

adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 27 de setembro de 2017.

MICHELON Auditores e Consultores SS
CRCRS 4.626

Vicente Michelon
CRC-RS 052.365

CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

ATIVO	Nota Explicativa	Conglomerado	
		30/6/2017	30/06/2016
CIRCULANTE		45.691	47.777
Caixa e Equivalentes	4	133	96
Aplicações Financeiras	5	33.286	44.234
Serviços Prestados a Receber		64	100
Créditos e Títulos a Receber	6	9.891	1.392
Adiantamentos		28	15
Impostos a recuperar	7	596	701
Devedores p/ Compra de Bens	8	428	361
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	779	769
Devedores Diversos - País		450	69
Despesas Antecipadas		36	40
NÃO CIRCULANTE		33.259	31.695
Créditos e Títulos a Receber	6	666	201
Aplicações Financeiras	5	-	-
Devedores p/ Compra de Bens	8	3.682	2.511
Devedores p/ Compra de Participações - Partes Relacionadas	9	6.008	6.798
Impostos Diferidos a Compensar		205	167
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	10	10.797	10.830
Aplicações em Quotas de Consórcios	11	1.677	1.947
Empréstimos a Grupos	12	8.786	7.830
Devedores por Depósito em Garantia		328	307
Investimentos em Imóveis		-	-
Investimentos Empresas Ligadas		-	-
Imobilizado	13	1.051	1.088
Intangível	13	59	16
TOTAL DO ATIVO		78.950	79.472

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

GRUPO SINOSSERRA
 Novo Hamburgo – RS
BALANÇO PATRIMONIAL
 CONSOLIDADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

PASSIVO	Nota Explicativa	Conglomerado 30/6/2017	30/06/2016
PASSIVO			
CIRCULANTE		49.670	50.006
Obrigações Sociais e Fiscais	14	1.646	1.096
Cobrança e Arrecadação de Tributos		22	4
Impostos s/ Lucros		-	-
Recursos a Devolver a Consorciados	15	45.805	47.594
Credores Diversos - País		1.657	801
Partes Relacionadas		13	19
Provisões Técnicas e Trabalhistas	16	527	492
Obrigações p/Compra de Imóveis - Investimentos		-	-
NÃO CIRCULANTE		11.197	10.863
Provisão s/Lucro Diferido		-	33
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	17	10.797	10.830
Recursos de Aceites Cambiais		40	-
Resultados de Exercícios Futuros		360	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	18.083	18.603
Capital Social		10.000	10.000
Reservas de Reavaliação		242	242
Reserva de Capital		510	-
Reservas de Lucros		7.331	9.401
Ações em Tesouraria		-	(985)
Prejuízos Acumulados		-	(55)
Participação Minoritários		-	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		78.950	79.472
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)			

GRUPO SINOSSERRA
Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

	Nota Explicativa	Conglomerado	
		30/jun/2017	30/jun/2016
Receita de Intermediação Financeira		3.156	3.094
Rendas Operações de Crédito		1.461	118
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	19	1.695	2.976
Despesas de Intermediação Financeira		(161)	(26)
Operações de Captação de Mercado		(33)	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(128)	(26)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		2.995	3.068
Otras Receitas/Despesas Operacionais		36	(2.201)
Receita de Prestação de Serviços	20	9.044	8.631
Despesas Operacionais e Administrativas	21	(6.893)	(7.880)
Despesas Financeiras	22	(452)	(1.825)
Despesas Tributárias	23	(1.446)	(1.405)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		-	56
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(217)	222
Resultado Operacional		3.031	867
Imposto de Renda e Contribuição Social		(971)	(258)
Imposto de Renda e Contribuição Social	24	(971)	(258)
Participações Estatutárias no Lucro			
Lucro/(Prejuízo) Líquido		2.060	609
Lucro por ação		0,2060	0,0609

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

GRUPO SINOSSERRA
Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

	Conglomerado	
	<u>1º Sem/2017</u>	<u>2º Sem/2016</u>
Lucro Líquido do Exercício	1.847	683
Outras Receitas	3.409	-0-
Impostos sobre Lucro	(1.159)	-0-
Resultado Abrangente	<u>4.097</u>	<u>683</u>

GRUPO SINOSSERRA
Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

Eventos/Contas	Consolidado									
	Capital Social	Reserva de ágio alienação ações próprias	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros		Lucros Retidos	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Aumento de Capital	Amortizaçã	Prejuízos				
Saldo em 01/jan/2016	10.000		242	717	771	230	7.631	(985)	(104)	18.502
Resultado do Período									609	609
Pagamento Dividendos Suplementares									(508)	(508)
Reversão Reserva de Lucros Retidos							(508)		508	
Integralização de Capital										
Destinação do Resultado Reserva de Lucros Retidos							560		(560)	
Saldo em 30/jun/2016	10.000		242	717	771	230	7.683	(985)	(55)	18.603
Mutação no período			37	65	-	-	(2.074)	985	55	(932)
Saldo em 31/dez/2016	10.000	510	279	782	771	230	5.609	-	-	18.181
Pagamento Dividendos Suplementares									(4.000)	(4.000)
Reversão Reserva de Lucros Retidos							(4.000)		4.000	-
Resultado do Período							-		2.060	2.060
Juros sobre Capital Próprio distribuído							-		(408)	(408)
Resultados Abrangentes							-		2.250	2.250
Destinação do Resultado Reserva de Lucros Retidos							-		-	-
							3.689		(3.689)	-
Saldo em 30/jun/2017	10.000	510	279	782	771	230	5.298	-	213	18.083
Mutação no período	-	-	-	-	-	-	(311)	-	213	(98)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

GRUPO SINOSSERRA
Novo Hamburgo – RS

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL – R\$ MIL

Conglomerado
30/jun/2017 30/jun/2016

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/prejuízo líquido do exercício	2.060	609
Resultado Abrangente	2.250	-
Resultados de Exercícios Futuros	115	-
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	(56)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	100	10
Baixas Investimentos	-	2.858
Baixas Investimentos - Participações em Empresas	-	6.202
Baixas Imobilizado	-	4
Provisão para Contingências Trabalhistas	20	38
Impostos Diferidos a Compensar	(19)	(13)
Depreciação e amortização	31	30
	4.557	9.682
(Aumento)/redução dos itens que não afetam o caixa: Ativo		
Serviços Prestados a Receber	47	(65)
Créditos e Títulos a Receber	(5.230)	(1.591)
Outros Créditos	(81)	(25)
Outros Valores ou Bens	(2)	(4)
Adiantamento e Antecipações Salariais	(4)	(1)
Devedores Diversos - País	(102)	(23)
Impostos à Recuperar	205	36
Despesas Antecipadas	(28)	(26)
Devedores p/ Compras de Bens	143	(2.793)
Devedores p/Compras Participações	459	(6.097)
Aplicações em Cotas de Consórcios	270	41
Empréstimos a Grupos	(341)	(1.332)
Devedores por Depósito em Garantia	5	(30)
	(4.659)	(11.910)
Aumento/(redução) dos itens que não afetam o caixa: Passivo		
Obrigações Sociais e Fiscais	793	426
Credores Diversos - País	575	183
Recursos a Devolver a Consorciados	(2.548)	1.708
Recursos de aceites cambias	(1.072)	-
Créditos com Grupos	-	17
	-2.252	2.334
Caixa líquido nas Atividades Operacionais	-2.354	106
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e valores mobiliários	-	-
Aquisição de Imobilizado	(6)	(9)
Aquisição de Intangível	-	(11)
Caixa líquido nas Atividades de Investimentos	(6)	(20)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Custo Venda de Ações em Tesouraria	-	-
Ganho com Venda de Ações em Tesouraria	-	-
Dividendos Propostos/Pagar	(4.295)	(931)
Juros sobre Capital Próprio	(408)	-
Reversão Prov. Impostos s/Reavaliações	(33)	-
Caixa líquido nas Atividades de Financiamentos	(4.736)	(931)
Aumento (Redução) líquido nas disponibilidades	(7.096)	(845)
Saldo das disponibilidades (caixa) no início do período	40.515	45.175
Saldo das disponibilidades (caixa) no fim do período	33.419	44.330
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)		

CONGLOMERADO FINANCEIRO SINOSSERRA

Novo Hamburgo – RS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2017 (EM R\$ MIL)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Sinosserra (“Conglomerado Financeiro Sinosserra”) opera no mercado financeiro, atuando principalmente com operações de crédito e administração de consórcio para aquisição de bens.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONGLOMERADAS

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do BACEN.

Conforme determinam a Resolução nº 4.280/2013 do CMN e Circular nº 3.701/2014 do BACEN, que, dentre outras coisas, requer a consolidação de fundos de investimento nos quais as entidades integrantes do conglomerado, sob qualquer forma, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios, sendo que ambas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e premissas estabelecidas com base em julgamento. Estas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

Essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem as demonstrações financeiras das seguintes Empresas:

Empresas	Atividades	Domicílio	Controladas	Participação conglomerado - % (direta e indireta)
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	Administradora de Consórcios	Brasil	-	100%
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	Operações de crédito, financiamento e investimento	Brasil	-	100%

Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais das Empresas do Grupo.

Empresas	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Sinosserra Administradora de Consórcios S.A.	71.913	59.583	12.330	1.847
Sinosserra Financeira S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	12.179	6.426	5.753	213
Ajustes e Eliminações	5.142	5.142	-	-
Demonstrações financeiras conglomeradas	89.234	71.151	18.083	2.060

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial prevê a eliminação de saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata dia” para as de natureza financeira.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, que requer análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. Essas operações estão classificadas no realizável a longo prazo.

As operações classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, no mínimo por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas antes da renegociação. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/exercício, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente.

g) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

g.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

g.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

h) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio de a utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

i) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição, deduzidas de provisão para perdas, quando aplicável.

j) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 13, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

k) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 15% nas financeiras e 9% nas não financeiras.

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos abaixo:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES

São representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelas instituições para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

NOTA 5 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras estão classificadas conforme disposição abaixo:

<u>Títulos e Valores Mobiliários</u>	<u>30/jun/2017</u>	<u>30/jun/2016</u>
Cotas de Fundos de Investimentos	27.821	36.765
Títulos de Renda Fixa	5.495	7.469
Total de Títulos e Valores Mobiliários	33.286	44.234

NOTA 6 - CRÉDITOS E TÍTULOS A RECEBER

A composição da carteira de operações de crédito e a provisão por nível de risco está demonstrado a seguir:

<u>Nível de Risco</u>	<u>% de Prov.</u>	<u>30.06.2017</u>						<u>30.06.2016</u>					
		<u>Pessoa Jurídica</u>		<u>Pessoa Física</u>		<u>Totais</u>		<u>Pessoa Jurídica</u>		<u>Pessoa Física</u>		<u>Totais</u>	
		<u>Op. Credito</u>	<u>Prov.</u>	<u>Op. Credito</u>	<u>Prov.</u>	<u>Op. Credito</u>	<u>Prov.</u>	<u>Op. Credito</u>	<u>Prov.</u>	<u>Op. Credito</u>	<u>Prov.</u>	<u>Op. Credito</u>	<u>Prov.</u>
AA	0,00%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50%	7.224	(36)	3.240	(16)	10.464	(52)	261	(1)	1.316	(7)	1.577	(8)
B	1,00%	29	-	40	-	69	-	-	-	6	-	6	-
C	3,00%	9	-	24	(1)	33	(1)	-	-	4	-	4	-
D	10,00%	3	-	12	(1)	15	(1)	-	-	14	(1)	14	(1)
E	30,00%	-	-	11	(3)	11	(3)	-	-	2	(1)	2	(1)
F	50,00%	-	-	24	(12)	24	(12)	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	2	(2)	37	(26)	39	(28)	-	-	-	-	-	-
H	100,00%	2	(2)	71	(72)	73	(74)	-	-	-	-	-	-
Total		7.269	(40)	3.459	(131)	10.728	(171)	261	(1)	1.342	(9)	1.603	(10)

As operações de crédito são compostas por empréstimos nas modalidades crédito pessoal e crédito consignado, e por financiamentos nas modalidades de CDC e Vendor.

	30.06.2017	30.06.2016
Circulante	9.891	1392
Realizável a Longo Prazo	<u>666</u>	<u>201</u>
Total	<u>10.557</u>	<u>1.593</u>

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	<u>30.06.2017</u>	<u>% da carteira</u>	<u>30.06.2016</u>	<u>% da carteira</u>
Maior Devedor	156	1,46%	49	3,03%
10 Maiores Devedores	1.074	9,99%	258	16,09%
20 Maiores Devedores	1.687	15,69%	374	23,34%
50 Maiores Devedores	2.763	25,69%	611	38,09%
100 Maiores Devedores	3.821	35,53%	840	52,38%

NOTA 7 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Abaixo seguem impostos a recuperar registrado nessa rubrica.

<u>Impostos a Recuperar</u>	<u>30/jun/2017</u>	<u>30/jun/2016</u>
Impostos diferidos a compensar	<u>596</u>	<u>609</u>
Saldo negativo exercícios anteriores	-	92
Total Impostos a recuperar	<u>596</u>	<u>701</u>

NOTA 8 - DEVEDORES P/ COMPRA DE BENS

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber na Sinosserra Administradora de Consórcios S/A, referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M.

NOTA 9 - DEVEDORES P/ COMPRA DE PARTICIPAÇÕES

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda da participação na empresa Guaibacar Veículos e Peças Ltda, valor de R\$ 1.046, para a sua controladora, Companhia de Participações Sinosserra, sendo que a última parcela vence em abril de 2020. Também está registrado nessa conta o valor de R\$ 5.741 referente a venda da participação na empresa Therreno participações Ltda em junho de 2016 a empresa Themar Participações Ltda. As parcelas são remuneradas pela variação do IPCA mais juros de 0,5% ao mês.

NOTA 10 - RECURSOS AJUIZADOS GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta "Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante".

NOTA 11 - APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 12 - EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 13 - IMOBILIZADO E INTAGÍVEL

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada de acordo com a vida útil estimada dos bens. A composição do imobilizado na data do Balanço bem como as depreciações encontram-se demonstradas a seguir:

a) Imobilizado

	Taxa Depreciação	Saldo Inicial 31/dez/2016	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/jun/2017	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2017	Saldo residual 30/jun/2016
Terrenos		305			305		305	305
Prédios e Benefeitorias	4%	446			446		446	448
Instalações	10%	116	2		118	5	113	120
Veículos	20%	94			94	3	91	78
Sistemas de Segurança	10%	11			11	1	10	13
Computadores e Periféricos	20%	21	2	1	22	5	17	21
Móveis e Utensílios	10%	76	2	2	76	7	69	103
Total Imobilizado		1.069	6	3	1.072	21	1.051	1.088

b) Intangível

	Taxa Depreciação	Saldo Inicial 31/dez/2016	Aquisições	Outros Movimentos	Saldo final 31/jun/2017	Depreciação Acumulada	Saldo residual 30/jun/2017	Saldo residual 30/jun/2016
Marcas e Patentes	10,00%	9	1	1	9		9	8
Direito de Uso e Proc de Dado	20%	2		1	1		1	7
Direito de Uso de Software	20%	56			56	7	49	1
Total Intangível		67	1	2	66	7	59	16

NOTA 14 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS E RPROVISÕES DIVERSAS

Abaixo seguem obrigações a pagar:

Obrigações Sociais e Fiscais	30/jun/2017	30/jun/2016
Imposto de renda retido na fonte	69	13
IRPJ/CSLL a recolher	612	48
Retenções e contribuições	11	7
INSS a recolher	98	76
ISS a recolher	63	83
FGTS a recolher	26	19
PIS e COFINS a recolher	128	179
Obrigações com salários	111	75
Provisões de pagamentos a efetuar	528	596
Total Obrigações Sociais e Fiscais	1.646	1.096

NOTA 15 – RECURSOS A DEVOLVER CONSORCIADOS

Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

NOTA 16 - PROVISÕES TÉCNICAS E TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 17 - OBRIGAÇÕES AJUIZADAS GRUPOS ENCERRADOS

As obrigações ajuizadas são valores registrados na empresa Sinosserra Administradora de Consórcios e referem-se a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

A Sinosserra Financeira S/A – CFI, teve suas atividades iniciadas em novembro de 2015, tendo a constituição do capital nesse mesmo ano no valor de R\$ 5.500 mil.

A Sinosserra Administradora de Consórcios S.A. – Tem seu capital totalmente subscrito e integralizado, e está representado por 4.500 mil ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

A Sinosserra Administradora de Consórcios S/A possui nessa rubrica valores de reavaliação de seus imóveis levando os mesmos a valor de mercado.

c) RESERVAS DE LUCROS

A Reserva de Lucros é composta da forma abaixo:

	30/jun/2017	30/jun/2016
Reserva subscrição de ação	510	-
Reserva de reavaliação	242	242
Reserva legal	779	717
Reservas estatutárias	6.552	8.684
Reserva para aumento de capital social	772	772
Reserva para amortização de prejuízos	230	230
Reserva para Lucros Retidos	5.550	7.682

NOTA 19 - RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Sinosserra CFI		Sinosserra Consórcios	
	30/jun/2017	30/jun/2016	30/jun/2017	30/jun/2016
Aplicação em CDB	-	-	312	524
Fundos de Investimento	57	317	1.326	2.135
	57	317	1.638	2.659

NOTA 20 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A empresa Sinosserra Administradora de Consórcios tem por objeto a administração de grupos de consórcios, reunião de pessoas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, com a finalidade de propiciar aos seus integrantes, a aquisição de bens ou serviços, por meio de autofinanciamento. A Receita de Prestação de Serviços auferida pela empresa é a remuneração pela administração mencionada acima.

NOTA 21 - DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

Despesas Operacionais e Administrativas	30/jun/17	30/jun/16
Despesas Fixas	521	386
Despesas Semi-fixas	342	623
Despesa com pessoal	2.755	2.906
Despesas Variáveis	3.275	3.965
Total Despesas Operacionais e Administrativas	6.893	7.880

NOTA 22 - DESPESAS FINANCEIRAS

Despesas Financeiras	30/jun/17	30/jun/16
Juros e despesas financeiras	297	8
Variação monetária	155	1.817
Total Despesas Financeiras	452	1.825

NOTA 23 - DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Despesas Tributárias	30/jun/17	30/jun/16
PIS/COFINS	973	948
Impostos Municipais	452	421
Outros Impostos	21	36
Total Despesas Tributárias	1.446	1.405

NOTA 24 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e contribuição social são compostos conforme segue:

IRPJ e CSLL	30/jun/17	30/jun/16
IRPJ	660	181
CSLL	311	77
Total do IRPJ e CSLL	971	258

NOTA 25 - LIMITE OPERACIONAL (Acordo de Basileia)

No exercício findo em 30 de junho de 2017, a Sinosserra Financeira S/A – CFI encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura do ativo, conforme normas e instruções estabelecidas pela resolução 2º 2099/94 e legislação complementar do Banco central do Brasil. Com um Patrimônio de Referência – PR de R\$ 9.469.032 apresentou Índice de Basileia de 17,52%.

NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O Grupo Sinosserra possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos, composto pelos membros de sua Diretoria, cada risco conta com um diretor responsável, devidamente registrado no BACEN. A Instituição preza pelo monitoramento constante de seus riscos estabelecendo políticas e práticas que resultem na maximização da eficiência no uso do capital contribuindo para a escolha das oportunidades de negócios.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios da Financeira podem ser considerados como:

I – RISCO DE CREDITO

O Grupo Sinosserra, em consonância com a Resolução nº 3.721 do Banco Central do Brasil, e visando atender a todos os requisitos regulatórios, possui adequada estrutura de Gestão do Risco de Crédito, que permite o controle dos possíveis riscos em que a Financeira esteja incorrendo, compreendendo principalmente procedimentos que são analisados periodicamente pelo Comitê de Crédito.

II – RISCO OPERACIONAL

O estabelecimento de controles internos é fundamental para a gestão eficiente do risco operacional, logo, o Grupo Sinosserra avalia todos os produtos, serviços, processos, sistemas, unidades/atividades e pessoas sob o enfoque de risco operacional.

III – RISCO DE MERCADO

O Grupo Sinosserra avalia mensalmente o comportamento das taxas de juros projetadas para os próximos anos e a sua relação com as taxas pré-fixadas utilizadas pela Instituição, visando minimizar ou eliminar riscos de variação que prejudiquem o resultado da instituição.

A mitigação deste risco tem como componente a diversificação dos riscos e estabelecimento de spreads mínimos pretendidos nas operações/produtos, mantendo equilíbrio na relação risco/retorno.

IV – RISCO DE LIQUIDEZ

O Grupo Sinosserra entende que é imprescindível a manutenção de nível adequado de recursos líquidos disponíveis para o normal funcionamento da Financeira. Adicionalmente, a instituição dispõe de alternativas que atendam, prontamente, situações incomuns de necessidades de caixa, em pontos de extrema relevância para os negócios.

V – RISCO DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Para assegurar a existência de uma estrutura de gestão de capital a Instituição realiza a definição de metas e limites que possibilite o monitoramento e controle do capital e das exposições aos riscos, de forma a verificar se os seus resultados alcançados e a serem realizados estão em consonância com essas metas e limites estabelecidos